

Estrutura produtiva da agricultura familiar no Maranhão: comparação entre os censos agropecuários de 2006 e 2017

Productive structure of family farming in Maranhão: comparison between the 2006 and 2017 agricultural censuses

Estructura productiva de la agricultura familiar en Maranhão: comparación entre los censos agrícolas de 2006 y 2017

Recebido: 04/09/2020 | Revisado: 05/09/2020 | Aceito: 10/09/2020 | Publicado: 12/09/2020

Marisa Brito

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0209-9898>

Universidade Federal do Tocantins, Brasil

E-mail: msbritoecon@gmail.com

Keile Aparecida Beraldo

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0739-1548>

Universidade Federal do Tocantins, Brasil

E-mail: keile@uft.edu.br

Diego Neves de Sousa

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3124-5150>

Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária Pesca e Aquicultura, Brasil

E-mail: diego.sousa@embrapa.br

Resumo

Este trabalho buscou analisar e comparar a produção e as atividades da agricultura familiar, a partir dos resultados dos dois últimos censos agropecuários (2006 e 2017). Nos procedimentos metodológicos utilizou-se de pesquisa bibliográfica e da análise documental. Entre os resultados, postula-se que a agricultura familiar no estado do Maranhão é marcada por culturas temporárias com destaque para a mandioca. Os dados dos Censos Agropecuários apontam para baixa participação da agricultura familiar na produção agrícola. A justificativa é que a maioria das unidades produtivas têm baixo padrão tecnológico e destinam a produção para a própria subsistência.

Palavras-chave: Agricultores familiares; Políticas públicas; Desenvolvimento rural.

Abstract

This work sought to analyze and compare the production and activities of family farming, based on the results of the last two agricultural censuses (2006 and 2017). In the methodological procedures, bibliographic research and document analysis were used. Among the results, it is postulated that family farming in the state of Maranhão is marked by temporary crops with emphasis on cassava. The data from the Census of Agriculture point to a low participation of family farming in agricultural production. The justification is that most of the production units have low technological standards and use production for their own subsistence.

Keywords: Family farmers; Public policies; Rural development.

Resumen

Este trabajo buscó analizar y comparar la producción y actividades de la agricultura familiar, con base en los resultados de los dos últimos censos agropecuarios (2006 y 2017). En los procedimientos metodológicos se utilizó la investigación bibliográfica y el análisis de documentos. Entre los resultados, se postula que la agricultura familiar en el estado de Maranhão está marcada por cultivos temporales con énfasis en la yuca. Los datos del Censo Agropecuario apuntan a una baja participación de la agricultura familiar en la producción agrícola. La justificación es que la mayoría de las unidades de producción tienen bajos estándares tecnológicos y utilizan la producción para su propia subsistencia.

Palabras clave: Agricultores familiares; Políticas públicas; Desarrollo Rural.

1. Introdução

Para a compreensão do papel das políticas públicas é necessário analisar a caracterização do momento em que elas são implementadas e, ainda, considerar o momento histórico que se instituíram. Segundo Castells (1999), o processo de economia globalizada foi constituído politicamente (políticas de desregulamentação, privatização e liberalização do comércio e dos investimentos), sendo um dos cerne de aplicação ou falta de ações específicas do contexto político dos países.

Nesse âmbito, é notório que o reflexo das políticas públicas voltadas para a agricultura deu origem a modernização desse segmento como é atualmente conhecido. Tal modernização constitui-se de debates para sua reformulação, construção de alternativas e atendimento das demandas que se alteraram através do tempo.

A partir da abordagem de Souza (2006) apresentam-se as políticas públicas como campo de conhecimento, que cria e atualiza as normas, regras e modelos que regem as decisões do governo, seja na elaboração, implementação e avaliação, tendo importantes fatores que contribuem para a aplicação deste tipo de norma.

Neste trabalho, as políticas públicas (tanto no âmbito econômico como social) são entendidas como campo do conhecimento que busca, de forma mais ampla, a formulação de etapas, em que os governos identificam os objetivos e formulam programas que de fato produzirão mudanças no foco almejado.

Engelbrecht (2011) contribui ao destacar que as políticas públicas para o meio rural apresentam um conjunto de esferas e instrumentos, que possuem uma capacidade maior de atuação local e incorporam-se em maior ou menor grau no cálculo estratégico dos atores sociais envolvidos.

Neste contexto, o objetivo deste trabalho é analisar e comparar a produção e as atividades da agricultura familiar, a partir dos resultados dos dois últimos censos agropecuários (2006 e 2017). Assim, por meio de pesquisa bibliográfica e da análise documental possibilitou contextualizar a realidade da agricultura familiar no estado do Maranhão.

2. Metodologia

Este estudo caracteriza-se como uma pesquisa de abordagem quali-quantitativa utilizando de pesquisa documental e bibliográfica.

Sobre os dados obtidos nos censos agropecuários do IBGE (2006 e 2017), teve o foco em apresentar a estrutura das agriculturas no Maranhão, apontando desde o quantitativo de estabelecimentos rurais, pessoal ocupado, principais culturas permanentes e temporárias, maquinário, entre outros fatores, sendo organizados para serem comparados entre os períodos as principais alterações identificadas. É importante salientar que mesmo havendo no estudo o recorte temporal de 2013 a 2017, os dados dos censos são captados com espaço de uma década, não havendo outra fonte ampla dessas informações para serem elencadas.

Após a obtenção dos dados, estes foram catalogados e seus resultados sistematizados em quadros (dados qualitativos) e gráficos (dados quantitativos) no Excel e, posteriormente, transferidos para Word, para apresentação dos resultados.

2.1 Etapa de Pesquisa bibliográfica

Segundo Gil (2008), a pesquisa bibliográfica pode ser desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos. Este tipo de pesquisa é abrangente, necessitando de uma organização eficiente, para ser possível extrair as informações relevantes.

Para Lakatos & Marconi (2009), a pesquisa bibliográfica tem como finalidade colocar o pesquisador em contato direto com tudo o que foi escrito, dito ou filmado sobre determinado assunto, utilizando-se de diversos materiais impresso e eletrônico.

Durante o levantamento bibliográfico nos deparamos com as fontes que, por sua vez, corresponde à bibliografia básica sobre o assunto que se pretende compreender, pois “servem de apoio para o assunto estudado” (Fachin, 2006, p. 122).

2.2 Etapa de Análise documental

A pesquisa de caráter documental, conforme relatam Lakatos e Marconi (2009), caracteriza-se pela fonte de coleta de dados secundários que está restrita a documentos. Assim, em um primeiro momento, a pesquisa documental deste trabalho analisou um conjunto de publicações oficiais do governo, como leis, portarias, resoluções e relatórios de pesquisa sobre o contexto das políticas públicas brasileiras para a agricultura familiar, elaborados pelo governo e estudiosos da temática, buscando identificar a dinâmica ocorrida em um determinado espaço de tempo.

A partir de Lakatos e Marconi (2009), pode-se informar que pesquisa documental é baseada em materiais que não receberam ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetivos da pesquisa. No caso desse estudo, as publicações oficiais foram extremamente importantes para o desenvolvimento e foram base para responder as problemáticas desse estudo.

3. Contextualizando a Agricultura Familiar no Brasil

A agricultura familiar há muito tempo se faz articular de diversas formas, por meio dos seus principais elementos: família, terra, trabalho, com a presença escassa de capital, além de diversas outras deficiências econômicas e/ou sociais. Para Ehlers (2008, p. 59) “todo e qualquer processo de produção dos países, tem como contexto histórico-base a agricultura

praticada inicialmente nos grupos familiares”. Assim, na transição de um padrão sustentável, se faz necessária a adoção de políticas públicas que promovam a expansão e o fortalecimento da agricultura familiar.

Sobre a identificação da agricultura familiar e formas de atuação para sobreviver, baseado em Marafon (2006), a utilização da pluriatividade dos indivíduos é uma estratégia de sobrevivência do meio rural, pois os componentes de uma unidade familiar devem executar diferentes atividades, com o objetivo de obter uma remuneração, sendo que essas ações podem se desenvolver tanto no interior, como no exterior da unidade de exploração.

No capitalismo contemporâneo, torna-se evidente que a produção familiar na agricultura é o único setor em que o trabalho e a gestão estruturam-se tão fortemente em torno de vínculos de parentesco, com relevância da mão de obra não contratada, sendo estes estabelecimentos a mais importante forma de organização da agricultura nos países capitalistas avançados (Abramovay, 1998). Assim, constata-se o estabelecimento de estreitas relações sociais no âmbito da produção familiar.

Denardi (2001) explica que a tentativa de conceituar agricultura familiar vem desde os meados dos anos 1990, com as discussões sobre o papel dos pequenos produtores rurais no processo de integração comercial e econômica dos países do Mercado Comum do Sul – MERCOSUL, mas antes disso já havia autores que caracterizavam a agricultura baseada nas unidades familiares.

A categoria da agricultura familiar teve o seu reconhecimento, como área específica de ações de políticas públicas, enquanto meio social, produtivo e político, a partir da década de 1990. Tal fato foi pontuado pelas reivindicações dos movimentos sociais e sindicais, que defendiam a diversificação de tratativas, acerca da multiplicidade existente na agricultura do país, sendo necessária a diferenciação dessas ações para obter resultados significativos. Isso com intuito de garantir a reprodução social e consolidação do papel da agricultura familiar como produtora de alimentos, base da segurança alimentar do país (Grisa, 2012; Delgado, Leite; Wesz Junior, 2010; Picolotto, 2014; Souza-Esquerdo, Bergamasco, 2014; Sousa, 2019).

No geral é observado que a agricultura familiar, são pequenas unidades produtoras, com indícios de uma quantidade elevada de estabelecimentos, que através da sua própria força de trabalho produz os seus alimentos para autoconsumo e, também, coloca seus excedentes no mercado. No intuito de determinar uma conceituação adequada de acordo com a literatura, diversas contribuições ocorreram nesse sentido, conforme apontado no Quadro 1.

Quadro 1 - Conceitos de Agricultura Familiar.

Autor (ano)	Conceito
Abramovay (1998)	Trata da gestão, da propriedade e a maior parte do trabalho advêm de pessoas que mantêm entre si laços de sangue ou casamento, garantindo assim conceito de agricultura familiar, pois as atividades realizadas estão no seio do trabalho familiar.
Lamarche (1998)	O produtor agrícola familiar é aquele que exerce uma atividade produtiva numa unidade de produção agrícola familiar, isto é, numa unidade de produção na qual a propriedade e o trabalho estão estreitamente ligados a família.
Wanderley (1999)	São portadores de relativa autonomia tanto no modo de vida quanto na relação com a terra, combinando a mão de obra familiar com a propriedade.
Denardi (2001)	A expressão agricultura familiar remonta aos séculos XVIII e XIX, na Europa, como forma de caracterizar uma forma de agricultura da época, onde os camponeses tiveram que se adaptar a novas estruturas onde predominavam estabelecimentos com dimensões adequadas à exploração pelo trabalho familiar.
Buainain (2006)	A agricultura familiar brasileira é extremamente diversificada”, visto que inclui tanto famílias que “vivem e exploram minifúndios em condições de extrema pobreza como produtores inseridos no moderno agronegócio”.
Aleixo, Cruz e Lima (2007)	É composta por pequenos agricultores que possuem como características: o fato de empregar os membros da família, produzirem parte majoritária da oferta de alimentos básicos da nação, e com isso absorvem grande parte da mão de obra no setor de atividade rural.
Schneider e Cassol (2017)	Trata-se de uma categoria social que representa o setor numericamente majoritário do agro brasileiro, onde se faz necessário a verificação de políticas públicas específicas para os tipos distintos de famílias.

Fonte: Elaborado pelos autores.

Mesmo antes de adoções de políticas públicas específicas para a agricultura familiar, já era de conhecimento factual a importância dos agricultores familiares para a agricultura nacional. Para o, então, extinto Ministério de Desenvolvimento Agrário – MDA, por meio da Secretaria da Agricultura Familiar (SAF), a agricultura familiar trata-se de uma forma de produção agrícola, na qual os próprios agricultores e suas famílias cuidam de toda produção. É um sistema produtivo bastante diversificado e gerador de trabalho e renda, sendo responsável por significativa produção nacional (Brasil, 2017).

De acordo com Araújo & Vieira Filho (2018, p. 7) “a atividade produtiva familiar tem papel importante na geração de renda e emprego na economia, bem como na disponibilidade de uma maior oferta de produtos no mercado interno”, sendo plausível a indicação de sua importância a nível nacional.

A crescente diversidade de significados da expressão “agricultura familiar” é resultado da construção e reconstrução do conceito ao longo do tempo, do espaço, do momento político, pontos importantes para o reconhecimento dessa categoria social.

Neste sentido, Kageyama, Bergamasco & Oliveira (2013, p. 15), ponderam que a agricultura familiar "é largamente predominante em termos de número de estabelecimentos e de pessoal ocupado, mas com participação proporcionalmente menor no valor da produção e nas receitas do estabelecimento, devido à menor produtividade". Pode-se apontar que, mesmo existindo um número significativo de estabelecimentos no país, enquadrados como da agricultura familiar, ocorrem diversos desajustes que os impedem de produzir em escala expressiva para o mercado.

Mas, existem contrapontos, pois apesar da importância que o conhecimento dos agricultores assume na parte produtiva, foi possível observar que estes sujeitos não atuam de forma isolada, mas em diálogo com diversos atores sociais, instituições e tipos de conhecimentos técnicos, em busca de inovação no ambiente produtivo (Oliveira; Gazolla; Schneider, 2011).

Assim, faz-se necessário verificar a necessidade real dos agricultores familiares, seja de investimentos e programas específicos (como o Pronaf e outros), seja com capacitação e assessoria técnica, na geração de valor para a agricultura familiar, visto que a possibilidade de contato com novas tecnologias de produção e conhecimentos eficazes, podem dar suporte ao desenvolvimento das atividades produtivas, conseguindo alavancar o desenvolvimento local, baseados em sustentabilidade e na inclusão econômica e social.

4. Agriculturas do estado Maranhão

Trazendo o foco da agricultura para o estado do Maranhão, Mesquita (2011) destaca que o setor agrário é a sua base econômica, desde sua ocupação no período colonial, mas somente a partir da segunda metade do século XX, que há uma comprovada estruturação no seu espaço econômico.

Mesquita (2011, p. 15) argumenta ainda que: "o atraso da economia maranhense está associado à sua estrutura agrária e às formas de relações sociais predominantes desde os seus primórdios". Pontua, ainda, que no estado existe "agriculturas", representadas pelo agronegócio de um lado, produzindo monoculturas de matérias primas industriais, e do outro a familiar ou de subsistência, produzindo itens básicos da alimentação da população. Nesse sentido, ocorre:

(...) uma diferenciação regional no Maranhão, provocada historicamente por múltiplas determinações (tipo de povoamento e suas culturas, as condições naturais,

econômicas, políticas e etc.), que somente com o estudo evolutivo das duas formações socioespaciais, poderemos compreender os processos e as diversas especializações produtivas, pois essas determinações históricas, ainda estão fixadas nas das relações de produção e nas forças produtivas (Cunha, 2015, p. 168).

A produção agrícola do estado está baseada principalmente em culturas temporárias, com predomínio das culturas alimentares, a maioria delas cultivadas com baixo padrão tecnológico e destinadas para a subsistência, principalmente.

Para melhor entender o foco da pesquisa, é importante verificar o contexto histórico, a qual estão inseridas “as agriculturas” do estado do Maranhão. O Quadro 2 sintetiza, com base em diversos autores, as características de diferentes períodos históricos e o tipo de agricultura predominante em cada um.

Quadro 2 - Estrutura da Agricultura do Maranhão ao longo da história.

Período	Características	Tipo de Agricultura	Fonte
Colonial.	Região litorânea: a Companhia Geral do Comercio do Grão-Pará e Maranhão abriu a sua lavoura e seu comercio um período de franco progresso, surgindo uma elite latifundiária e de uma nobreza rural. Região Sul Maranhense: Havia habitantes nas regiões ribeiras do vale do rio São Francisco e afluentes, vivendo de forma isolada do litoral, diante da rusticidade da vegetação e do clima árido do sertão.	Na região próxima ao litoral utilizava-se o trabalho escravo. As principais produções eram de algodão e do açúcar. No interior do estado praticavam a agricultura de subsistência, e especialmente a criação de gado.	Meireles (1980), Sandri; Baú (2008)
Primeira República - 1889 a 1930	Foi um período pontuado por ciclos de desequilíbrios econômicos, que ocorreram devido a assinatura da lei de Treze de Maio. A desvalorização da fazenda agrícola maranhense atingiu a 90%, sobrepujando todas as produções agrícolas, pois era baseada no trabalho escravo e houve a libertação em massa desta mão de obra.	As principais atividades produtivas se concentravam na produção agrícola de Algodão, Arroz e Cana de açúcar. Devido período de desequilíbrio econômico, a maioria da população rural do estado voltou-se a agricultura de subsistência.	Meireles (1980)
Estado Novo ao Período Intereventorial – 1934 a 1945.	Houve pouca alteração no quadro maranhense, em questão de crescimento do setor agrícola. A economia maranhense passou por situações aflitivas no período republicano, com poucas fases de breves reequilíbrios orçamentários.	A exploração do babaçu passou um período como esteio maior da economia, visto que o arroz teve uma desvalorização significativa e passou a ser conhecido como o de pior qualidade do país, nesse período.	Meireles (1980)
Revolução Verde – anos 1960 e 1970	Nos anos 60, as ações de política pública nunca chegaram ao Nordeste pobre, e que nos sertões atrasados da agricultura familiar a produção ainda era realizada de forma arcaica. Há a criação de órgãos (Superintendência de	Produzia-se: ênfase no arroz, além de mandioca, cana de açúcar e babaçu. Ainda pode se destacar a pecuária.	Meireles (1980), Mesquita (2011), Cunha (2015)

	<p>Desenvolvimento do Maranhão – SUDEMA e Casas do Lavrador), como forma de incentivar a produção agrícola, inclusive no sul do estado, mas obtendo baixos retornos.</p> <p>A década de 70 é marcada pelos juros negativos e subsídios fiscais de toda ordem para o setor agrícola, o que favoreceu a atração de capital de todo tipo e repercutiu de forma variada no campo.</p> <p>Os agentes modernizadores atuavam com recursos destinados majoritariamente para a pecuária melhorada e lavouras temporárias. Os migrantes sulinos subiram as chapadas do cerrado, atrás de terra barata e de incentivos e começaram a agricultura moderna do arroz.</p>		
Anos 80	<p>Com a prioridade dada pelo Governo, nos anos 80, para as atividades capitalistas, como a pecuária de corte e os empreendimentos incluídos no Projeto Grande Carajás, a agricultura itinerante, “atrasada”, não capitalista, declinou sistematicamente e perdeu importância no contexto nacional.</p> <p>Com o início do desmonte do sistema brasileiro na década de 80, repercutiu nas atividades da EMBRATER junto ao setor agrícola como um todo, inclusive aos agricultores familiares e na sua produção de itens tradicionais. A década se caracteriza pela crise do modelo vigente de desenvolvimento agrícola, sustentado no crédito rural subsidiado e nos incentivos fiscais</p>	<p>Houve um crescimento significativo no Maranhão em termos de produção de alimentos (arroz, feijão, mandioca e milho), graças ao apoio da EMBRATER na assistência técnica, fomento e extensão rural advindos de políticas públicas para o setor. Isso até iniciar o desmonte estatal. Inicia-se a experiência com a soja, no sul do estado.</p> <p>As culturas dos alimentos encontram-se em declínio de longa data, mas seu ponto de inflexão é 1982.</p> <p>Já o segmento da agricultura moderna tem taxas de crescimento explosivas para a soja e estagnação da cana de açúcar.</p>	<p>Lemos (2008), Mesquita (2011)</p>
Anos 90	<p>A política neoliberal não cumpriu seu objetivo maior de melhoria das condições de vida, ou de um bom desenvolvimento econômico; ao contrário, aprofundou as desigualdades e liquidou segmentos produtivos socialmente importantes dentro e fora da agricultura, que empregavam milhares de pessoas.</p> <p>A ausência do Estado na gestão da política regional e os gargalos histórico-estruturais não resolvidos secularmente (questão agrária e do mercado de trabalho) também constituem fatores relevantes para compreender esse perfil de estagnação que prevalece na agricultura familiar desde os anos oitenta.</p> <p>Com a liberalização da economia, instalaram-se na região de Balsas uma significativa cadeia produtiva de soja, que atraiu investimentos pesados em</p>	<p>As transformações ocasionadas pelo movimento de expansão e contração das culturas alimentares, destacando-se o arroz e a mandioca, mostrando que os alimentos, ao longo das décadas de 80 e 90, cederam espaço para a pecuária e lavouras comerciais e permanentes.</p> <p>Na região sul do estado a expansão da soja se faz em cima das culturas alimentares, arroz e mandioca, e principalmente, da pecuária extensiva, sendo favorecida pelas condições de mercado</p>	<p>Mesquita (2011), Cunha (2015)</p>

	<p>infraestruturas de transporte, escoamento até o porto do Itaqui em São Luís.</p> <p>Com o advento do PRONAF em 1996 há mudanças nesse contexto, mas com resultados insignificantes para o conjunto de centenas de milhares de pequenos produtores inseridos na produção familiar do Estado.</p> <p>Ainda, a agricultura familiar ficou mais exposta à concorrência interna e externa (com a baixa de alíquotas de importação e os acordos comerciais, Mercosul, a política de valorização do câmbio), antes pouco relevante.</p>		
Anos 2000	<p>Entre 1985 a 2001 a área agregada com as culturas alimentares no Maranhão retrocedeu a uma taxa média de 5,31%, apontando que houve uma mudança significativa na produção agrícola do estado, porém negativa, o que o levou a ficar em índices baixíssimos de contribuição para o PIB nacional.</p> <p>Período de crise e busca por adaptações da pequena produção mercantil, sem deixar de vincular os fatores de ordem estrutural e conjuntural agravadas pela relação com o mercado internacional.</p>	<p>Nos aspectos relativos à quantidade, área colhida e valor da produção, a pequena escala continuou desempenhando papel importante na cultura do arroz, seguido por mandioca, milho, feijão.</p> <p>Mas há evidência da produção desses itens a nível de exportação, com destaque para a soja.</p> <p>Em 2005, a soja já representava 25% da área e 18% da produção da lavoura temporária maranhense em relação a outras culturas (arroz, milho, feijão, mandioca, soja e algodão) e esse crescimento se perpetua até os dias atuais. Em 2017 os dados da soja já vertiam para 50% da produção de grãos no estado.</p>	<p>Silva (2006), Lemos (2008), Mesquita (2011), IBGE (2019)</p>

Fonte: Elaborado pelos autores.

O Quadro 2 identifica os períodos, o contexto político e as agriculturas utilizadas como meio econômico e social, com diversas formas de produção alicerçadas nos sujeitos sociais. Ressaltando que os fatores políticos internos e externos determinaram profundas mudanças no espaço produtivo do estado do Maranhão, mas, no geral, não foi realizada de forma positiva ou equilibrada.

A explicação, para Cunha (2015, p.168), é que “o processo de ocupação e colonização do Maranhão deu-se na esteira das grandes navegações”, visto que a primeira ocupação ocorrida no norte do estado proporcionou a formação inicial das bases do comércio mundial e na relação centro-periferia. Enquanto a segunda ocupação ocorrida no sul do estado, foi realizada de forma desorganizada e por elementos que buscavam sobreviver no meio rural.

Quanto a ocupação sul maranhense é interessante frisar que, esta foi motivada pela expansão da economia açucareira, que dependente do gado como alimento básico da população livre e escrava e como força motriz dos engenhos, estimulou a multiplicação de

currais e sua busca por novos espaços no interior. Nesse interim, o aumento do número de fazendas nesse espaço deveu-se, também, à crescente demanda de carne por parte da região de Minas Gerais (Cabral, 1992, p.23).

A partir do exposto, a história da agricultura no estado do Maranhão apresenta vertentes diversas na sua construção histórica. Onde em um primeiro momento, a expansão da fronteira agrícola do estado, principalmente da região sul, está associada por parte da agricultura familiar (os posseiros e pela produção de arroz), posteriormente por pequenos produtores ou empresas (a pecuária). Com a entrada das empresas capitalistas modernas, atraídas por subsídios, a expansão veio através da apropriação de grandes faixas de terras, para produção em maiores escalas, com mão de obra assalariada, mas não significa que trouxe modernização a toda a agricultura do estado (Mesquita, 2011).

Cunha (2015) já pontuava que no período inicial da ocupação do Maranhão, no norte fez-se uma economia natural por açorianos implantados pela Coroa Portuguesa e o escravismo dos indígenas, onde surgiram unidades produtivas em áreas próximas de São Luís e nos vale dos rios Mearim-Pindaré, Itapecuru-Mirim, revelando assim uma distinta diferenciação das expansões ocorridas no estado, e o impacto na formação das suas agriculturas. Ainda, Mesquita (2011, p. 69) observa que:

A globalização do mercado local constitui assim a novidade da nova agricultura maranhense. Portanto, o tamanho e a qualidade das transformações/mudanças que já ocorrem e deverão acontecer proximamente são uma variável externa ao produtor e ao governo local/nacional.

Isto informa e prevê que a agricultura capitalista maranhense atualmente tem no mercado internacional de grãos, o meio que norteia e guia, o compasso da expansão do segmento produtivo, implicando numa extrema vulnerabilidade e dependência dos principais compradores.

Para Lemos (2014), os principais gargalos relacionados à produção agrícola nordestina (especialmente o Maranhão) estão associados à concentração fundiária, às condições climáticas, bem como à degradação dos recursos naturais da região, causada pela ação do homem com suas práticas agrícolas insustentáveis, que pode ocorrer tanto por parte dos agricultores familiares, como por maioria dos grandes empresários rurais.

Nesse sentido, o Maranhão é marcado por forte presença do Governo, subsídios e apoios institucionais, no processo de repasse de crédito rural (exemplo do Pronaf), seguindo uma agenda nacional, com vistas a desenvolver as atividades produtivas mais interligadas ao

mercado, renovando e implementando a cada ano, de acordo com resultados de anos anteriores. Nem sempre havendo ênfase na agricultura familiar, determinando uma estagnação do segmento ao longo do tempo, com baixos avanços produtivos.

5. Resultados e Discussão

No intuito de apresentar os dados do foco da pesquisa, faz-se necessário vislumbrar as principais alterações na parte agrícola no Maranhão, podendo ser observado, de acordo com os dados dos Censos Agropecuários de 2006/2017, como se situava em termos de quantitativo de estabelecimentos rurais, área total e a distribuição de uso das terras e quanto pertencia à agricultura familiar, conforme ilustra o Quadro 3.

Quadro 3 - Comparativo dos Censos 2006 e 2017 – Principais dados estruturais do Maranhão.

DADOS	2006	2017
Estabelecimentos	287.039	219.765
Estabelecimentos AF	262.089	187.118
Área Total (ha)	13.033.568	12.233.613
Lavouras Permanentes	313.758	109.820
Lavouras Temporárias	2.142.810	1.250.326
Pastagens Plantadas	4 041 303	4 645 134
Pastagens Naturais	1 713 367	1 057 114
Matas Plantadas	69 629	252 044
Matas Naturais	4 164 048	4 348 858
Pessoal Ocupado	991 600	692 870
Pessoal ocupado com laço de parentesco com o produtor – AF	858 102	521 681
Nº de Tratores	6 045	10.309

Fonte: Elaborado pelos autores. Baseado em IBGE, Censos Agropecuários (2006/ 2017).

Observando o Quadro 3, pode-se destacar a diminuição do quantitativo de estabelecimentos e a sua da área total entre os dois últimos censos agropecuários, com percentual aproximado de 23% negativos. As lavouras permanentes sofreram um decréscimo de aproximadamente 65% entre 2006 e 2017. As lavouras temporárias tiveram resultados semelhantes, com baixa de 42%. O destaque positivo é atribuído às matas plantadas, que cresceu sua área em aproximadamente 262%.

Segundo o Departamento de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE, 2020),

baseado no Censo Agro 2017, existe o total de 187.118 estabelecimentos rurais no estado que são da agricultura familiar, isso é, cerca de 85% dos estabelecimentos. Se comparado aos dados do Censo de 2006, em que havia 262.089 estabelecimentos pertencentes a essa categoria (cerca de 91% do total), observa-se que houve uma queda na quantidade de estabelecimentos familiares.

No contexto nacional, observa-se que houve redução de 34% da área utilizada para lavouras permanentes e acréscimo de 14% daquela destinada as lavouras temporárias. Houve também redução de 18% da área de pastagens naturais e crescimento de 10% da área utilizada para pastagens plantadas (IBGE, 2019).

Sobre o quantitativo de pessoal ocupado no ambiente rural, os censos agropecuários revelaram a queda percentual de aproximados 30%, apontando a recorrência de migração da população rural para a zona urbana. Acerca do pessoal ocupado com laço de parentesco, em 2006 vale destacar que o total era de 858.102 pessoas, a qual cerca de 458 mil eram maiores de 14 anos e, ainda, desse total, 327.908 sabiam ler e escrever. Já, em 2017, o pessoal com laço de parentesco apresentava cerca de 487 mil como maiores de 14 anos, de um total de 521.681 pessoas da agricultura familiar.

No quesito tratores, é importante apontar o aumento desse aspecto, visto que houve incremento deste item (70% de aumento) entre os censos, indicando a mudança de manejo dos solos, seja com a disponibilização pelo estado, parcerias, entre outros fatores condicionantes. No que tange as condições legais das terras, o Quadro 4 demonstra como estava, nas pesquisas de 2006 e 2017, a distribuição desse quesito no estado.

Quadro 4 - Condição Legal das Terras – Maranhão - Censos Agropecuários 2006/ 2017.

Dados/ nº Estabelecimentos	2006	2017
Terras Próprias	123.288	139.114
Concessionária ou aguardando titulação	17.059	24.062
Arrendadas	32.790	10.515
Parceria	10.071	5.488
Comodato	-	8.254
Ocupadas	44.847	14.843
Sem áreas	58.984	17.489

Fonte: Elaborado pelos autores. Baseado em IBGE, Censos Agropecuários (2006/ 2017).

Sobre a condição legal das terras, pode-se destacar que em 2017 foi constatado que, as

terras próprias eram cerca de 37% do total de estabelecimentos rurais do estado do Maranhão, sendo 13% maior que em 2006, caracterizando acréscimos de famílias com regularização de posse de terras nesse período mais atual. Seguindo esse crescimento, a concessão ou aguardando titulação, com cerca de 41% de aumento em relação ao período anterior. Ainda há o destaque do tipo comodato, que não tinha dados em 2006, já em 2017 apresenta estabelecimentos com esse tipo de condição. Houve quedas acentuadas nos formatos de terras arrendadas, parcerias, ocupadas e sem áreas.

Sobre a agricultura familiar, de acordo com o Censo Agro 2006, havia cerca de 106.178 agricultores familiares como proprietários (86% do total), ainda 15.485 eras assentados aguardando titulação definitiva (90% do total), 57.366 sem área própria (97% do total) e 42.128 eram ocupantes (94% do total).

Mesquita (2011) já apontava que dentre os fatores que explicam essa mudança extraordinária (aumento de pequenos proprietários), se encontra a política de criação de projetos de assentamentos rurais da reforma agrária, executada com intensidade desde o final dos anos 1990 e início dos anos 2000.

Sobre a questão das culturas agrícolas do estado, o Quadro 5 aponta o volume produzido das principais culturas permanentes do estado, nos anos 2006 e 2017. É interessante notar que no Censo Agropecuário de 2006, cerca de 29.209 estabelecimentos da agricultura familiar plantavam culturas permanentes e ainda 161.499 plantavam culturas temporárias.

Quadro 5 - Principais Culturas Permanentes - Maranhão – 2006/ 2017.

Cultura/ Toneladas (t)	2006	2017
Açaí	-	1.075
Banana	63.950	47.552
Caju – castanha	-	1.887
Goiaba	-	43
Laranja	2.429	94
Limão	-	297
Mamão	-	2.082
Maracujá	-	654

Fonte: Elaborado pelos autores. Baseado em IBGE, Censos Agropecuários 2006/ 2017.

Segundo informações do IBGE (2019), no Censo Agropecuário 2017, no Maranhão a utilização das terras para a produção das culturas permanentes caiu 0.9%, acompanhado de

queda acentuada nas áreas plantadas com as culturas temporárias – 10,2%, se comparados os dados do ano de 2006.

Em relação às culturas permanentes, em 2006, os tipos mais cultivados foram a banana e a laranja (considerando o critério de verificação utilizado pelo IBGE pode excluir produções que podem não ter sido enquadradas no formato vigente no período). Tornou-se visível que entre os censos houve acréscimos de culturas cultivadas. Isto porque, em 2017, houve a inclusão de dados de cultivo e colheita de açaí, caju – castanha, goiaba, limão, mamão e maracujá, demonstrando a ampliação da produção agrícola no estado ou pode ter ocorrido a alteração dos critérios de análise das produções.

Sobre a banana, a Secretaria de Estado da Agricultura, Pecuária e Pesca - SAGRIMA (2016) constatou que, no Maranhão, a região do Mearim (representada pelos municípios de Pedreiras, Trizidela do Vale, Lima Campos, Joselândia, São Luís Gonzaga, Lago Verde e Santo Antônio dos Lopes), se caracteriza como o polo produtor desta cultura no estado.

As culturas permanentes no estado têm como principais produtores diversos grupos de agricultores familiares, que ano a ano buscam produzir, mesmo com poucos apoios instituições e ainda adversidades climáticas, comuns na região nordeste. A pesquisa encontrou dificuldades de informar quantitativo de produção da agricultura familiar devido haver poucos registros formais.

Quadro 6 - Principais Culturas Temporárias - Maranhão – 2006/ 2017.

Cultura/ Toneladas (t)	2006	2017
Abóbora	-	13.311
Algodão	-	89.237
Arroz	-	135.538
Cana de Açúcar	1.093.328	2.129.116
Feijão fradinho	18.441	16.842
Mandioca	1.084.074	222.092
Melancia	-	28.281
Milho grão	627.234	1.416.342
Soja	786.174	1.939.221
Sorgo	-	31.646

Fonte: Elaborado pelos autores. Baseado em IBGE, Censos Agropecuários (2006/ 2017).

Acerca da produção de culturas temporárias, o Quadro 6 apresenta duas situações bem distintas: de um lado tem a situação de produção em 2006, com destaque para cana de açúcar, feijão, mandioca, milho e soja. Já, em 2017, há a inclusão de outras culturas temporárias como: abóbora, algodão, arroz, melancia e sorgo. Demonstra-se, a partir da observação desses períodos, que houve uma ampliação de plantio dos itens temporários, seja por criação de vias de escoamento de excedentes alimentares ou políticas públicas para este fim.

De acordo com dados da Sagrima (2016), a produção de mandioca aparece como a principal fonte de renda dos agricultores familiares, pois, além de apresentar maior resistência à seca, possui ciclo mais longo, o que lhe permite uma vantagem maior de recuperação diante das demais culturas anuais como, arroz, milho e feijão.

Sobre o arroz, a Sagrima (2016) informa que o Maranhão já foi identificado como o 5º estado de maior produtividade desse grão do país e ainda o primeiro do nordeste, isto na safra 2014/2015, apontando o potencial do estado no cultivo dessa cultura tradicional. Ainda salienta que, sobre o milho, este é cultivado em consórcio principalmente com o arroz, o feijão e a mandioca, encontrando-se disseminado por todo Estado.

No seu contexto histórico agrícola, o Maranhão se tornou um importante produtor de arroz e desempenhou, até a década de 1970, papel de destaque no processo de acumulação do núcleo mais dinâmico da economia do estado, baseado na produção da agricultura familiar, a qual tinha o produto como principal fonte de expansão (Mesquita, 2011)

Por sua vez, o cultivo da soja no estado é resultado das políticas de modernização da agricultura do país, essa cultura chega a representar 55,8% do total da produção de grãos, mas chegou a apresentar resultados negativos no ano de 2015, devido ao período de estiagem em toda a região (Sagrima, 2016).

Sobre o período prolongado de seca, que afetou toda a região nordeste em 2015, resultou em quedas acentuadas na produção agrícola maranhense, em 2016, acarretando perdas de colheitas e/ou pastos, escassez de água generalizada, gerando impactos ambientais, econômicos e sociais em todo estado.

Outro destaque que é apontado pela Sagrima (2016) trata da cultura do algodão, que tem concentrada sua produção na região sul do estado toda sua produção, com produção nos municípios de Balsas, Tasso Fragoso e Alto Parnaíba, tornando-se nos últimos anos uma das principais commodities brasileiras.

Segundo Moura (2004), sobre o contexto da agricultura familiar, a falta de programas de extensão da pesquisa ao produtor, ausência de assistência técnica, até mesmo o baixo nível de conhecimento da grande maioria dos agricultores maranhenses, são alguns dos fatores

apontados por pesquisas (do período) como entraves para o desenvolvimento da agricultura no estado do Maranhão.

Essa constatação do autor ainda parece ser bem atual, visto que a produção da agricultura familiar aparece nos dados oficiais como de baixa contribuição. Segundo o último censo, a agricultura familiar foi responsável por 23% do valor total da produção dos estabelecimentos no país, já no Maranhão essa contribuição ficou em 25,69% (IBGE, 2019). Mesquita (2011, p. 82) comenta que, nas décadas de 1980 e 1990,

[...] a ausência de uma política agrícola que contemple as especificidades da agricultura familiar e a manipulação da política comercial ao sabor das pressões externas foram fatores muito mais relevantes para a queda na produção dos dois principais alimentos (arroz e mandioca) no Estado.

Levando em consideração que, a realidade nesse período, enfrentando pela agricultura do estado do Maranhão, estava entre o colapso da agricultura familiar e do extrativismo, da promoção do agronegócio da soja, do eucalipto e da continuação da pecuária de corte como atividade empresarial (Mesquita, 2011).

Sobre o que ocorreu após a implantação do Pronaf, no estado do Maranhão, Mesquita (2011, p. 82) explica que:

Como o crédito via PRONAF só aparece na segunda metade dos anos noventa (1996), a agricultura familiar é duplamente penalizada. Isso se manifesta na retração da oferta de produtos básicos e no encolhimento e perda de importância econômica parceiros, arrendatários e ocupantes na estrutura da produção maranhense. Por outro lado, como os não proprietários eram e continuam sendo, peças-chaves na produção dos produtos de subsistência, qualquer mudança nos mesmos, em termos de área disponível, mata virgem para a roça, assistência técnica, crédito rural e pessoal disponibilizado, repercute diretamente na oferta geral de alimentos.

Acerca dos comparativos dos censos agropecuários é possível notar algumas mudanças significativas nesse sentido, visto o aumento de tipos de culturas, tanto permanentes, como temporárias, provável serem resultados das ações das políticas públicas implantadas pelo governo estatal.

Em contraponto, há autores que criticam as ações de políticas públicas, exemplo do Programa de Reforma Agrária, que apesar de ter aumentado o número de agricultores proprietários, não levou em conta a aptidão dos solos para distribuição aos futuros assentados e grande parte deles são donos de áreas com enormes problemas de uso, sendo este um dos principais problemas da agricultura no estado (Mesquita, 2011; Silva, 2006).

No que tange sobre como ocorreu a expansão da fronteira agrícola no Maranhão, com destaque para a região sul, Mesquita (2011) comenta que esta ocorreu de forma diversa e não abarcou todos os elementos do espaço geográfico vigente, sendo que o estado interviu para tornar atrativa a região para o ciclo produtivo do capitalismo, mas os benefícios dessas ações não chegou de forma efetiva nas pequenas produções da agricultura familiar, visto que não houve mudanças significativas das formas de produção dessa categoria na atualidade.

De toda a discussão levantada sobre como ocorreu a colonização das terras maranhenses, as heranças deixadas na agricultura local, a dualidade existente (ou pluralidade), demonstram que o estado foi palco de todas os tipos de ações, baseados na política ou no mercado, onde a resiliência da agricultura familiar ainda prevalece nos dias atuais, mas deve-se buscar formas de maior incentivo desse segmento, para padrões mais agroecológicos, visto que o vazio de políticas públicas deixou espaço para a produção agressiva da moderna agricultura, com resultados alimentícios e ambientais irreversíveis.

6. Considerações Finais

A agricultura no estado do Maranhão é marcada pelo enraizamento da dicotomia existente entre o agronegócio e a agricultura familiar que andam juntos.

A produção agrícola do estado está baseada principalmente em culturas temporárias, com predomínio das culturas alimentares, a maioria delas cultivadas com baixo padrão tecnológico e destinadas para a subsistência, principalmente. A produção de mandioca aparece como a principal fonte de renda dos agricultores familiares, pois, além de apresentar maior resistência à seca, possui ciclo mais longo, o que lhe permite uma vantagem maior de recuperação diante das demais culturas anuais como, arroz, milho e feijão.

Em linhas gerais, segundo comparação feita entre os dois últimos censos agropecuários, a produção da agricultura familiar aparece nos dados oficiais como de baixa contribuição. Uma das explicações pode ser o nível baixo de organização social e produtiva, por grande parte dos agricultores familiares, fazendo-se necessário a melhor organização do segmento, com vistas a criar estruturas e relações com outros segmentos e entidades públicas que podem dar um maior suporte às demandas dos agricultores familiares maranhenses.

Observa-se que, mesmo com a vinda dos grandes projetos de infraestrutura, que se instalaram no estado, o segmento da agricultura familiar permanece estagnado, seguindo na produção de alimentos básicos, a cada dia em condições cada vez mais adversas, tanto pelo avanço desenfreado do agronegócio, quanto pela posição do governo estadual/nacional e da

maioria dos governos municipais, que priorizam as demandas de mercado, não atribuindo à agricultura familiar o espaço para contribuir na estruturação do crescimento e desenvolvimento do Maranhão.

De toda a discussão levantada sobre como ocorreu a colonização das terras maranhenses, as heranças deixadas na agricultura local, a dualidade existente (ou pluralidade), demonstram que o estado foi palco de todas os tipos de ações, baseados na política ou no mercado, onde a resiliência da agricultura familiar ainda prevalece nos dias atuais, mas deve-se buscar formas de maior incentivo desse segmento, para padrões mais agroecológicos, visto que o vazio de políticas públicas deixou espaço para a produção agressiva da moderna agricultura, com resultados alimentícios e ambientais irreversíveis.

O estudo deixa em aberto um espaço significativo para o desenvolvimento de novas pesquisas sobre o papel das políticas públicas, o crédito rural e os programas de apoio à agricultura familiar, como no caso do Pronaf, as atividades desenvolvidas pelos agricultores familiares, seja a nível municipal, estadual ou nacional, podendo contribuir com o debate acadêmico para o segmento produtivo e diversificado da agricultura familiar diante de suas especificidades.

Referências

Abramovay, R. (1998). *Paradigmas do capitalismo agrário em questão*. (2a ed.), São Paulo: Hucitec-Unicamp.

Aleixo, C. E., Cruz, C. E., & Lima, P. V. (2007). Importância do PRONAF na infraestrutura, produção agropecuária e geração de renda nos assentamentos do Nordeste. In: *Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural*, 45, 2007, Londrina. Anais. Londrina: SOBER.

Araújo, J. A & Vieira Filho, J. E. R (2018). *Análise dos impactos do Pronaf na agricultura do Brasil no período de 2007 a 2016*. Brasília: IPEA.

Brasil. (2017). *Decreto nº 9064, de 31 de maio de 2017*. Dispõe sobre a Unidade Familiar de Produção Agrária. Recuperado de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2017/Decreto/D9064.htm.

Buainain, A.M. (2006). *Agricultura familiar, Agroecologia e desenvolvimento sustentável: questões para debate*. Brasília: IICA.

Cabral, M. do S. C. (1992). *Caminhos do gado: conquista e ocupação do Sul do Maranhão*. São Luís: SIOGE.

Castells, M. (1999). *A sociedade em rede*. (8a ed.), São Paulo: Paz e Terra.

Cunha, R. C. (2015). Ocupação e o desenvolvimento das duas formações socioespaciais do Maranhão. *CaderNAU-Cadernos do Núcleo de Análises Urbanas*, 8(1),133-152.

Delgado, N. G., Leite, S., & Wesz Junior, V. (2010). *Nota técnica: produção agrícola*. Rio de Janeiro (RJ).

Denardi, R. A. (2001). Agricultura familiar e políticas públicas: Alguns dilemas e desafios para o desenvolvimento rural sustentável. *Revista Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável*, 2(3), 56-62.

Dieese. (2020). Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos. *Agricultura familiar: Renda básica*. Recuperado de <https://www.dieese.org.br/outraspublicacoes/2020/agriculturaFamiliarBrasilEstados.pdf>

Ehlers, E. (2008). *O que é a agricultura sustentável*. Coleção primeiros passos. São Paulo: Brasiliense.

Engelbrecht, M. R. (2011). Política pública e agricultura familiar: uma leitura do Pronaf. In: *Seminário Nacional Estado e Políticas Públicas, 5, 2011*, Cascavel. Anais: Cascavel: Ed. Unioeste.

Fachin, O. (2006). *Fundamentos da Metodologia*. São Paulo: Saraiva.

Gil, A. C. (2008). *Métodos e técnicas de pesquisa social*. (6a ed.), São Paulo: Atlas.

Grisa, C. (2012). *Políticas Públicas Para a Agricultura Familiar no Brasil: produção e institucionalização das ideias*. Tese de doutorado do Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, UFRRJ.

Ibge - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Censo Agropecuário 2006 – Agricultura familiar: primeiros resultados*. Rio de Janeiro, 2009. Recuperado de <https://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/agropecuaria/censoagro/default.sht>.

Ibge - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Censo Agropecuário 2017. Resultados definitivos*. Recuperado de <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ma/balsas/pesquisa/24/76693>.

Ibge - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Maranhão – Produção Agrícola - Lavoura Temporária*. Recuperado de <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ma/pesquisa/14/10193?ano=2017>

Kageyama, A. A., Bergamasco, S. M. P. P., & Oliveira, J. T. A. (2013). Uma tipologia dos estabelecimentos agropecuários do Brasil a partir do censo de 2006. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, 51(1),105-122.

Lakatos, E. M., & Marconi, M. De A. (2009). *Fundamentos de Metodologia Científica*. (6a ed.), São Paulo: Atlas.

Lamarque, H. (1998). Trad. Frédéric Bazin. *A Agricultura Familiar: comparação internacional*. (2a ed.), Campinas: UNICAMP.

Lemos, J. J. S. (2008). *Mapa da Exclusão Social no Brasil: Radiografia de um País Assimetricamente Pobre*. (2a ed.). Banco do Nordeste do Brasil.

Lemos, J. J. S. (2014). Maranhão: Estado (ainda) Rico em Recursos Naturais com População Empobrecida. In: Silveira, J. L. A. (Org.). *Ensaio sobre a economia maranhense*. São Luís - Maranhão: CORECON-MA e UFMA. 171-230p.

Marafon, G. J. (2006). Agricultura familiar, pluriatividade e turismo rural: reflexões a partir do território fluminense. *CAMPO-TERRITÓRIO: Revista de Geografia Agrária*, Uberlândia, 1(1),17-60.

Meireles, M. M. (1980). *História do Maranhão*. (2a ed.), São Luís: Fundação Cultural do Maranhão.

Mesquita, B. A. (2011). *O desenvolvimento desigual da agricultura: a dinâmica do agronegócio e da agricultura familiar*. São Luís: Edufma.

Oliveira, D., Gazzola, M., & Schneider, S. (2011). Produzindo novidades na agricultura familiar: agregação de valor e agroecologia para o desenvolvimento rural. *Cadernos de Ciência & Tecnologia*, 28(1),17-49.

Picolotto, E. L. (2014). Os atores da construção da categoria agricultura familiar no Brasil. *Revista de economia e sociologia rural*, 52(63-84).

Sagrima – Secretaria de Estado da Agricultura, Pecuária e Pesca. (2016). *Perfil da Agropecuária Maranhense 2016*. Recuperado de <https://sagrima.ma.gov.br/files/2018/01/BOLETIM.pdf>.

Sandri, M. M., & Baú, S.C.S. (2008). *Balsas, palco de integração social: o encontro do sertanejo e do gaúcho*. Dissertações Acadêmicas. Imperatriz: Ética.

Schneider, S., & Cassol, A. (2017). Diversidade e heterogeneidade da agricultura familiar no Brasil e algumas implicações para políticas públicas. In: Delgado, G. C.; Bergamasco, S. M. P. P. (orgs.) *Agricultura familiar brasileira: desafios e perspectivas de futuro*. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário. 82-107p.

Silva, J. De R. S. (2006). *Segurança alimentar, produção agrícola familiar e assentamentos de reforma agrária no Maranhão*. São Luís: Edufma, 2006.

Sousa, D. N. (2019). Mediadores sociais e políticas públicas de inclusão produtiva da agricultura familiar no Tocantins: (des)conexões entre referenciais, ideias e práticas. Tese

Doutorado. Universidade Federal do Rio Grande do Sul – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural. Porto Alegre.

Souza, C. (2006). Políticas Públicas: uma revisão da literatura. *Sociologias*, Porto Alegre, 8(16),20-45.

Souza-Esquerdo, V. F., & Bergamasco, S. M. P. P. (2014). Análise sobre o acesso aos programas de políticas públicas da agricultura familiar nos municípios do circuito das frutas (SP). *Rev. Econ. Sociol. Rural*, Brasília, 52, 205-222.

Wanderley, M. N. B. (1999). Raízes Históricas do Campesinato Brasileiro. In: Tedesco, J.C. (org.). *Agricultura Familiar Realidades e Perspectivas*. (2a ed.), Passo Fundo: Ediupf. 21-55p.

Porcentagem de contribuição de cada autor no manuscrito

Marisa Brito – 40 %

Keile Aparecida Beraldo – 40 %

Diego Neves de Sousa – 20 %